



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000014/2026**  
**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 62/2026/SEOP - DEPLC**

Processo nº 4016.013764.00021/2026-55

**1. OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes diversos, compreendendo bebedouros de coluna, micro-ondas, geladeiras, refrigeradores tipo frigobar e cafeteira industrial elétrica inox, visando atender às necessidades administrativas da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de aquisição de equipamentos permanentes destinados ao atendimento das demandas administrativas da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, considerando a recente reestruturação física e operacional da instituição em decorrência da mudança para nova sede administrativa.

2.2. A nova estrutura institucional da SEOP, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 472, Centro, Rio Branco/AC, possui dimensões significativamente superiores às anteriormente ocupadas, contemplando 03 (três) blocos e 03 (três) pavimentos, o que demandou ampliação dos ambientes administrativos, reorganização dos setores e aumento do quadro de servidores para atendimento das crescentes demandas relacionadas à execução de obras públicas no Estado do Acre.

2.3. Nesse contexto, verificou-se a necessidade de complementação e modernização da infraestrutura administrativa, mediante aquisição de equipamentos essenciais ao adequado funcionamento das atividades institucionais, proporcionando melhores condições de trabalho, conforto, salubridade e eficiência operacional aos servidores e usuários dos serviços públicos.

2.4. A aquisição dos bebedouros de coluna visa garantir o fornecimento de água potável em condições adequadas de consumo, contribuindo para o bem-estar dos servidores e do público atendido pela Secretaria.

2.5. Os micro-ondas e geladeiras destinam-se ao suporte das atividades de copa e apoio administrativo, permitindo adequado armazenamento e aquecimento de alimentos, proporcionando melhores condições de permanência dos servidores durante a jornada de trabalho.

2.6. Os refrigeradores tipo frigobar serão utilizados em setores específicos que demandam equipamentos de menor porte, favorecendo a organização dos ambientes e maior eficiência operacional.

2.7. A aquisição da cafeteira industrial elétrica inox justifica-se pela necessidade de substituição do equipamento atualmente utilizado, cuja vida útil encontra-se esgotada, apresentando falhas recorrentes, improvisações estruturais e risco à segurança dos usuários, inclusive com registros de choques elétricos durante sua utilização.

2.8. Ademais, a contratação contribuirá para:

- melhoria das condições estruturais e funcionais dos ambientes administrativos;
- continuidade das atividades institucionais;
- aumento da produtividade dos servidores;
- redução de custos com manutenção corretiva de equipamentos antigos;
- maior eficiência energética;
- atendimento adequado aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

2.9. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, estando alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA/2026 e aos princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

**3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

3.1. Constitui objeto da presente contratação a futura e eventual aquisição de equipamentos permanentes diversos, destinados ao atendimento das necessidades administrativas da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

3.2. Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados em embalagem original do fabricante, acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa e garantia mínima de 12 (doze) meses.

**BEBEDOURO DE COLUNA**

Aquisição de Bebedouro de Coluna Elétrico, tipo coluna para garrafão de 20 litros, com gabinete em aço inoxidável, reservatório de água em aço inoxidável, cor branca, modelo vertical, dimensões aproximadas de 124x33x33 cm, contendo 02 (duas) saídas de água, sendo uma para água gelada e outra para água natural, alimentação elétrica 127V, vazão mínima de água gelada de 75 litros/hora, devendo possuir garantia mínima de 12 (doze) meses.

Quantidade para Registro de Preços: 12 unidades.

Quantidade para contratação imediata: 08 unidades.

#### **MICRO-ONDAS**

Aquisição de forno micro-ondas na cor branca, com capacidade mínima de 32 litros, dimensões aproximadas de 32x52x40 cm, alimentação elétrica 127V, potência mínima de 1.400W, consumo aproximado de energia de 1,08 kWh/mês, contendo prato giratório, luz interna, relógio digital, painel eletrônico, função descongelamento e função tira odor, acompanhado de garantia mínima de 12 (doze) meses.

Quantidade para Registro de Preços: 12 unidades.

Quantidade para contratação imediata: 10 unidades.

#### **GELADEIRA**

Aquisição de geladeira com capacidade mínima de 240 litros, modelo não duplex, cor branca, alimentação elétrica 127V ou bivolt, sistema frost free, pés reguláveis, prateleiras internas reguláveis, sistema de degelo automático e conjunto motor compressor tipo unidade selada, acompanhada de garantia mínima de 12 (doze) meses.

Quantidade para Registro de Preços: 10 unidades.

Quantidade para contratação imediata: 06 unidades.

#### **REFRIGERADOR TIPO FRIGOBAR**

Aquisição de refrigerador tipo frigobar na cor branca, com capacidade mínima de 120 litros, medidas aproximadas de 850x495x540 mm (AxLxP), contendo porta reversível, iluminação interna, controle de temperatura, prateleiras removíveis, pés niveladores frontais e traseiros, manual de instruções em língua portuguesa, alimentação elétrica 127V ou bivolt, classificação energética com Selo Procel categoria "A", acompanhado de embalagem original do fabricante e garantia mínima de 12 (doze) meses.

Quantidade para Registro de Preços: 12 unidades.

Quantidade para contratação imediata: 09 unidades.

#### **CAFETEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA INOX**

Aquisição de cafeteira industrial elétrica confeccionada em aço inoxidável, sistema de aquecimento em banho-maria, formato cilíndrico, capacidade mínima de 10 litros, contendo duas torneiras com visor de nível para água e café, resistência tubular, termostato regulável de 20°C a 120°C, dimensões aproximadas de 29 cm de comprimento, 36 cm de largura e 85 cm de altura, alimentação elétrica 110V, acompanhada de garantia mínima de 12 (doze) meses.

Quantidade para Registro de Preços: 03 unidades.

Quantidade para contratação imediata: 01 unidade.

3.3. Todos os equipamentos deverão atender às normas técnicas vigentes expedidas pela ABNT, INMETRO e demais órgãos reguladores competentes, devendo possuir eficiência energética compatível com os padrões nacionais de consumo e segurança.

### **4. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

4.1. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, mediante emissão de Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho.

4.2. Os bens deverão ser entregues no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

4.3. A entrega deverá ser realizada na sede da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 472, Centro, Rio Branco/AC, em horário de expediente administrativo, compreendido entre 07h30min às 13h30min, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

4.4. Todos os custos relacionados ao transporte, frete, carregamento, descarregamento, seguro e demais despesas necessárias à perfeita execução do objeto correrão exclusivamente por conta da contratada.

4.5. Os equipamentos deverão ser entregues:

- novos e de primeiro uso;
- em embalagem original do fabricante;
- devidamente lacrados;
- acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa;
- acompanhados de certificado de garantia;
- em perfeitas condições de funcionamento e utilização.

4.6. Não serão aceitos produtos:

- usados;
- remanufaturados;
- reconicionados;

- com avarias;
- fora das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.7. O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:

#### 4.8. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

4.8.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega dos equipamentos, por servidor designado pela Administração, mediante conferência preliminar da quantidade, integridade física, acondicionamento e conformidade aparente dos bens.

4.8.2. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto.

#### 4.9. **RECEBIMENTO DEFINITIVO**

4.9.1. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, após verificação detalhada da conformidade dos equipamentos com as especificações técnicas exigidas, testes de funcionamento e conferência da documentação exigida.

4.9.2. Somente após o recebimento definitivo será considerada efetivamente concluída a entrega do objeto.

4.9.3. Constatadas irregularidades, defeitos, avarias ou desconformidades nos equipamentos fornecidos, a contratada será notificada para promover a substituição dos itens rejeitados no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

4.9.4. Caso a substituição não ocorra no prazo estipulado, poderão ser aplicadas as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais penalidades cabíveis.

4.9.5. A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital ou na proposta vencedora.

4.9.6. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos, defeitos de fabricação ou problemas decorrentes da inadequada execução do objeto, observado o prazo de garantia contratual e as disposições do Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

### 5. **CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

5.1. O objeto descrito neste termo de referência é classificado como natureza comum em atendimento ao disposto art. 6º, XIII da Lei 14.133/2021 e art. 2º, XXXVIII do Decreto Estadual 11.363/2023, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais do mercado e por serem oferecidos por diversos fornecedores.

### 6. **DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

6.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas pela legislação vigente.

6.2. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo dos equipamentos, bem como à verificação da conformidade do objeto com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados da data do atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

- identificação do processo administrativo;
- número da Nota de Empenho;
- descrição detalhada dos itens fornecidos;
- quantitativos;
- valores unitários e totais;
- dados bancários da contratada.

6.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização da situação, sem ônus para a Administração.

6.6. A Administração realizará consulta aos sistemas oficiais de controle para verificação da manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada antes da efetivação do pagamento.

6.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade, inadimplência contratual ou irregularidade fiscal, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou atualização monetária.

6.8. Os pagamentos serão realizados mediante ordem bancária creditada em conta corrente indicada pela contratada.

6.9. Na hipótese de atraso de pagamento por parte da Administração, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos poderão ser atualizados monetariamente conforme índice oficial adotado pela Administração Pública.

Estadual, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.10. Eventuais retenções tributárias ocorrerão na forma da legislação aplicável, especialmente quanto ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, contribuições previdenciárias e demais tributos previstos na legislação vigente.

6.11. O pagamento somente será efetuado após a comprovação de que a contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório durante toda a execução contratual.

- Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Débitos (CND) - expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- Certidão de Quitação de Tributos Estaduais da Empresa e do(s) sócio(s), expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- Certidão Negativa em relação à Dívida Ativa de Tributos Estaduais - expedida pela Procuradoria Geral do Estado - PGE;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

7.1. A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, mediante realização de pesquisa de preços junto a fornecedores do ramo, consultas a contratações públicas similares, atas de registro de preços vigentes e pesquisas em sítios eletrônicos especializados, visando identificar os valores praticados no mercado para objetos compatíveis com a presente contratação.

7.2. Após consolidação das pesquisas realizadas, obteve-se o seguinte valor médio estimado:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD P/ REGISTRO	QTD P/ CONTRAT AR	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO
01	Bebedouro de coluna	UND	12	8		
02	Micro-ondas	UND	12	10		
03	Geladeira	UND	10	6		
04	Refrigerador tipo frigobar	UND	12	9		
05	Cafeteira industrial elétrica inox	UND	3	1		

7.3. O valor total médio estimado para a presente contratação é de: R\$ XXXXXXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)

7.4. A Administração adotará o orçamento sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo os valores estimados restritos aos órgãos de controle interno e externo até o encerramento da fase de julgamento das propostas.

7.5. A adoção do sigilo do orçamento tem por finalidade preservar a competitividade do certame, evitar o alinhamento artificial de preços pelos licitantes e possibilitar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, observados os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

8. PRAZOS

8.1. DO CONTRATO:

8.1.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no instrumento.

8.1.3. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

8.1.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

8.1.5. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

8.2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.2.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

8.2.2. No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

### 8.3. **DA EFICÁCIA:**

8.3.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

8.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

- 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;
- 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

## **9. DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS REGISTRADOS**

9.1. A Administração poderá, excepcionalmente e mediante ato formal devidamente motivado, promover a renovação total ou parcial dos quantitativos registrados nesta Ata por ocasião da prorrogação de sua vigência, observados os limites dos quantitativos originalmente registrados para cada item e desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:

I – comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado ampla e atualizada, formalizada em processo administrativo próprio;

II – demonstração da permanência da necessidade administrativa que motivou a realização do registro de preços, acompanhada de justificativa circunstanciada para a renovação dos quantitativos;

III – comprovação da vantajosidade do objeto registrado quanto à sua qualidade, adequação técnica e tecnológica, sustentabilidade e aderência às necessidades da Administração;

IV – verificação de desempenho satisfatório do fornecedor durante a vigência inicial da Ata, considerando o cumprimento das obrigações assumidas e a ausência de ocorrências que desaconselhem a renovação;

V – obtenção de anuência expressa do fornecedor signatário quanto à manutenção das condições de fornecimento estabelecidas nesta Ata; e

VI – formalização da renovação mediante termo aditivo ou instrumento equivalente, com indicação expressa do prazo de prorrogação, do quantitativo renovado por item e das demais condições aplicáveis.

9.2. A renovação dos quantitativos não ocorrerá automaticamente, constituindo faculdade da Administração, condicionada à demonstração do atendimento dos requisitos previstos nesta cláusula e à preservação do interesse público.

9.3. A renovação dos quantitativos não implicará alteração dos preços registrados, salvo se admitida e formalizada na forma da legislação aplicável e das disposições desta Ata.

9.4. A soma dos quantitativos inicialmente registrados e daqueles renovados não poderá ultrapassar, para cada item, o quantitativo originalmente registrado nesta Ata em cada período de vigência prorrogado.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, neste Termo de Referência e no instrumento contratual:

10.2. Fornecer os equipamentos em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

10.3. Entregar os bens novos, de primeiro uso, em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados e acondicionados, sem sinais de avarias, uso ou violação;

10.4. Responsabilizar-se integralmente pelas despesas de transporte, frete, carregamento, descarregamento, seguro, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto;

10.5. Realizar a entrega dos equipamentos no prazo estabelecido pela Administração, mediante Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho;

10.6. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo estabelecido pela Administração, quaisquer equipamentos que apresentem defeitos, vícios, avarias ou desconformidade com as especificações exigidas;

10.7. Garantir a qualidade, funcionamento, durabilidade e segurança dos equipamentos fornecidos;

10.8. Fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses para todos os equipamentos, contada a partir do recebimento definitivo;

10.9. Prestar assistência técnica durante o período de garantia, por meio de rede autorizada do fabricante ou empresa credenciada;

10.10. Arcar integralmente com os custos de manutenção corretiva, substituição de peças, reparos e demais despesas decorrentes da garantia contratual;

10.11. Disponibilizar manuais, catálogos, certificados e demais documentos técnicos necessários à correta utilização dos equipamentos;

- 10.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- 10.13. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato ou situação que possa comprometer a execução do objeto ou causar atraso na entrega;
- 10.14. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela contratante;
- 10.15. Observar e cumprir todas as normas de segurança, qualidade, sustentabilidade ambiental e regulamentações aplicáveis expedidas pelos órgãos competentes, especialmente INMETRO, ABNT e demais normas pertinentes;
- 10.16. Responsabilizar-se pelo descarte ambientalmente adequado de embalagens, resíduos e materiais eventualmente gerados durante a execução do objeto;
- 10.17. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, sem prévia autorização formal da Administração;
- 10.18. Atender prontamente às solicitações da fiscalização do contrato, prestando todos os esclarecimentos necessários;
- 10.19. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 10.20. Cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como demais normas específicas aplicáveis, quando cabíveis;
- 10.21. Sujeitar-se à fiscalização da contratante quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas, prestando todas as informações e documentos solicitados.

Parágrafo único. O inadimplemento das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitará à aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

## **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, sem prejuízo das demais disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:
- 11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.3. Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a execução contratual, por meio de servidores formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 11.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações constantes neste Termo de Referência, Edital e proposta vencedora;
- 11.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens entregues em desacordo com as especificações exigidas;
- 11.6. Notificar formalmente a CONTRATADA acerca de quaisquer irregularidades constatadas durante a execução contratual, fixando prazo para sua regularização;
- 11.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.8. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à adequada execução do objeto contratual;
- 11.9. Emitir as Ordens de Fornecimento e/ou Notas de Empenho necessárias à execução da contratação;
- 11.10. Proporcionar as condições necessárias para o recebimento, conferência e armazenamento dos equipamentos entregues;
- 11.11. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- 11.12. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer ocorrência relacionada aos equipamentos fornecidos que exija providências corretivas;
- 11.13. Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, conforme procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 11.14. Verificar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da CONTRATADA durante toda a execução contratual;
- 11.15. Assegurar o acesso dos representantes da CONTRATADA aos locais necessários para entrega dos equipamentos, observadas as normas internas da Administração;
- 11.16. Observar e cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao procedimento de contratação e execução contratual.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto

contratual.

## **12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013.

### **12.2. DAS PENALIDADES**

12.2.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, a Administração poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- **Advertência**

12.2.2. A sanção de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- **Multa**

12.3. A CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei, nos seguintes termos:

a) multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 15% (quinze por cento) do valor do contrato;

b) multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, nos casos de inexecução total do objeto;

c) multa compensatória proporcional à obrigação inadimplida, em caso de inexecução parcial.

- **Impedimento de Licitar e Contratar**

12.4. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) anos, quando praticadas as infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

- **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**

12.5. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nos casos de prática das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nos casos de atos ilícitos graves que impossibilitem a permanência da contratada em contratar com a Administração Pública.

12.6. A penalidade será aplicada pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, observadas as disposições legais.

### **12.7. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR**

12.7.1. As penalidades serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

12.7.2. A aplicação das sanções administrativas não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.7.3. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas oficiais de cadastro de fornecedores e poderão ser comunicadas aos órgãos de controle competentes.

**12.8. DA CUMULAÇÃO DAS SANÇÕES**

12.8.1. As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, observada a gravidade da infração cometida e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

**12.9. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.10. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.11. DA REABILITAÇÃO**

12.11.1. A reabilitação da CONTRATADA ocorrerá na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação da reparação integral do dano causado à Administração e do cumprimento das demais exigências legais.

**13. DA GARANTIA DOS BENS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

13.1. A empresa contratada será acionada durante todo o prazo de garantia para que providencie a assistência técnica;

13.2. O prazo de garantia contratual dos bens, é de no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

13.3. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual;

13.4. O atendimento será em horário comercial, de segunda à sexta-feira;

13.5. A garantia consiste na prestação, pela empresa contratada, de todas as obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei n.º 8.078/90, e alterações, bem como dos encargos previstos à empresa contratada no Edital e seus Anexos;

**14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

14.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidores formalmente designados pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

14.2. A gestão e a fiscalização contratual serão exercidas por servidores da Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, devidamente designados por meio de Portaria específica publicada no Diário Oficial do Estado.

14.3. **DA GESTÃO DO CONTRATO:** Compete ao Gestor do Contrato:

14.3.1. coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

14.3.2. acompanhar os prazos de execução contratual e vigência da Ata de Registro de Preços e/ou contrato;

14.3.3. controlar saldos, quantitativos contratados e emissão de ordens de fornecimento;

14.3.4. promover os atos necessários à formalização de apostilamentos, reajustes, prorrogações, alterações e eventuais rescisões contratuais;

14.3.5. acompanhar a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal da contratada;

14.3.6. adotar providências para saneamento de irregularidades identificadas durante a execução contratual;

14.3.7. instruir processos de aplicação de penalidades, quando cabível;

14.3.8. encaminhar documentação necessária para liquidação e pagamento das despesas;

14.3.9. manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

14.3.10. exercer demais atribuições necessárias ao adequado acompanhamento da execução contratual.

14.4. **DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:** Compete ao Fiscal do Contrato:

14.4.1. acompanhar e fiscalizar a entrega dos equipamentos;

14.4.2. verificar a conformidade dos bens fornecidos com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, Edital e proposta da contratada;

14.4.3. realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto, observados os procedimentos estabelecidos neste instrumento;

14.4.4. registrar em relatório próprio todas as ocorrências verificadas durante a execução contratual;

14.4.5. notificar formalmente a contratada acerca de falhas, defeitos, atrasos ou irregularidades constatadas;

14.4.6. solicitar a substituição de equipamentos que apresentem vícios, avarias ou desconformidade com as exigências contratuais;

14.4.7. atestar as Notas Fiscais/Faturas após verificação da regular execução do objeto;

14.4.8. comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato situações que possam comprometer a execução contratual;

14.4.9. verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e contratuais da contratada, quando aplicável;



14.4.10. exercer demais atividades necessárias à fiscalização da execução contratual.

#### 14.5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.5.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

14.5.2. A atuação da fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração pelos atos praticados pela contratada.

14.5.3. Os fiscais e gestores poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos, esclarecimentos, relatórios, certificados, manuais e demais informações necessárias à adequada fiscalização da execução contratual.

14.5.4. Constatadas irregularidades na execução do objeto, a Administração poderá determinar a correção, substituição ou adequação dos bens fornecidos, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.5.5. A Administração poderá promover substituição dos fiscais e gestores designados, mediante ato formal, sempre que necessário ao interesse público ou à adequada execução contratual.

### 15. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

#### 15.1. REAJUSTE:

15.1.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

15.1.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

#### 15.2. REVISÃO:

15.2.1. O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais desde que atendidas as disposições contidas no art. 06, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021, e será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da administração contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido;

15.2.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

#### 15.2.3. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

15.2.4. A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade de 90(noventa) dias.

#### 15.3. DA COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

15.3.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

### 16. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

16.1. **Não será permitida a participação de Consórcio** nesta licitação. Justificamos que a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

### 17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### 17.1. DA MODALIDADE:

17.1.1. Pregão Eletrônico para Registro de Preços

#### 17.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

17.2.1. Menor Preço por Item

17.2.2. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda da SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS - SEOP

#### 17.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

17.3.1. As empresas participantes deste certame licitatório deverão apresentar Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is), que deram origem ao Atestado.

#### 17.4. DA ANÁLISE DA PROPOSTA:

17.4.1. É importante que as empresas participantes do processo licitatório apresentem, juntamente com a proposta, prospecto para subsidiar a análise das especificações apresentadas na proposta, contudo, **a não apresentação não implicará na**

## **desclassificação da empresa.**

17.4.2. Os preços deverão ser cotados de forma unitária e total dos produtos, já incluídos os tributos, encargos, fretes, seguros e demais ônus, sendo que o vencedor será aquele licitante que ofertar o menor preço unitário, com somente duas casas decimais após a vírgula, conforme características solicitadas do objeto.

## **18. DA SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **19. GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**

19.1. Em decorrência da execução ser por demanda, não será exigida garantia contratual.

## **20. EXCLUSIVIDADE ME/EPP**

20.1. Em atendimento ao disposto no art. 48, I, da Lei Complementar n. 123/2006, os itens cujos valores estejam dentro dos limites a que se refere o artigo em tela, serão destinados à participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

20.2. Consoante o disposto no subitem acima para os itens destinados a participação exclusiva das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será obrigatória a participação no mínimo de 03 fornecedores enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sediadas local ou regionalmente com apresentação de proposta. .

20.3. O não atendimento na condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/2006, tornando os itens de ampla disputa.

## **21. RESCISÃO CONTRATUAL**

21.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

21.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

21.3. Em caso de rescisão, fará jus a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

21.4. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

21.5. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

21.6. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

21.7. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

21.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **22. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

22.1. Em razão de se tratar de Registro de Preços (SRP), a dotação orçamentária será apresentada apenas no momento da formalização do contrato ou de outro instrumento equivalente.

## **23. DA FUNDAMENTAL LEGAL**

23.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

23.2. Decreto Estadual nº 11.363/2023

23.3. Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

23.4. Decreto Estadual nº 11.107/2022 (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de

serviços)



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ODALIS RUIZ GADELHA**, em 12/06/2026, às 09:58, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP925F7A C790CF88 4B81608E 589A6042** e código CRC **926317**

